



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

POLÍCIA DO CORPO E SEXO NA IGREJA MATERIALIDADES FÍLMICAS DO PORNÔ “ESCOLA PENAL DE MENINAS VIOLENTADAS” (1977)

Tyrone Chaves Filho*
(UESB)

Nílton Milanez**
(UESB)

RESUMO

Pretendemos com esse trabalho analisar como, por meio da materialidade fílmica “Escola penal de meninas violentadas”, de 1977, há uma simetria, nos planos, entre os sujeitos que sustentam o discurso da igreja e aqueles que constituem o discurso da polícia, produzindo, assim, efeitos de sentido de equiparação e legitimidade à punição e aos modos de subjetivação que essas instituições propugnam. De igual modo, partindo do princípio de que há a mobilização de discursos de outros lugares e momentos históricos, acreditamos que a materialidade fílmica permite pensar em uma condição para a mulher no interior de uma sociedade onde as relações de poder, entre homem e mulher, são desproporcionais.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Sexualidade. Monstruosidade.

INTRODUÇÃO

Em 1977, Antônio Meliande dirige o seu primeiro filme intitulado “Escola penal de meninas violentadas”, cujo enredo gira em torno das vivências, sob torturas, de algumas garotas no interior de uma instituição punitiva para moças que cometeram algum tipo de delinquência. Esse filme faz parte do quadro de

*Graduando em Letras pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e membro do Labedisco – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. E-mail: t.y.r.o.n.e.007@hotmail.com.

**Professor titular da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenador do Labedisco – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. Coordenador do Projeto de Extensão “Análise do discurso: discurso fílmico, corpo e horror”/UESB e do Projeto de Pesquisa “Materialidades do corpo e do horror”/UESB. E-mail: nilton.milanez@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

produções brasileiras conhecidas como pornochanchada, um tipo de entretenimento cinematográfico interdito, localizado em regiões centrais das grandes cidades, na tentativa de diluir o reconhecimento e até mesmo dispersar rapidamente o seu fluxo de espectadores. De cinema-tabu, atingiu o grande público na TV aberta nos anos 1980 e atualmente foi alçado a objeto *cult*, tendo um canal a cabo, o Canal Brasil, que funciona como registro e circulação da memória dos filmes desse período. Em sua quase totalidade, os filmes da pornochanchada brasileira eram produções B que, no entanto, como toda produção fílmica é marcada sócio e historicamente, mostrando o lugar que os sujeitos ocupavam naquela época e os interditos que estavam à margem na sociedade e não tinham espaço na vida pública. Ainda que compreendamos uma certa condição de possibilidade para as pornochanchadas, o filme aqui apresentado será destacado em suas relações de poder, submissão e formas de controle que dizem respeito a todos nós enquanto sujeitos historicamente orientados.

Nesse sentido, a materialidade fílmica do filme aqui apresentado mobiliza discursos em torno de modelos de punição e formas de submissão que são propugnados por instituições como a igreja, por exemplo. De igual modo, a sexualidade, de forma latente ou explícita é um tema que orienta a conduta dos personagens e penetra nas decisões tomadas pelos mesmos e, com isso, vemos fluir uma forma que dá vivacidade e matiz aos nossos sonhos, demandas e comportamentos por meio e em função da sexualidade (FOUCAULT, 2006). Como coloca Judith Revel (2005, p. 80) “[...] pertencemos a uma civilização na qual se exige aos homens dizerem a verdade a respeito de sua sexualidade para poder dizer a verdade sobre eles mesmos.” Desse modo, a materialidade fílmica analisada apresenta uma painel de discursividades que brotam, de alguma forma, da sexualidade. Segundo Foucault (1988), é importante – e mais do que isso, é necessário – entendermos sexualidade, aqui, em um sentido mais *lato*, de modo que englobe várias manifestações ligadas ao corpo e às práticas de si no cotidiano.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Como afirma Foucault (1995) o poder recai sobre o corpo, o poder se exerce no corpo, daí a urgência, também, de algumas instituições como a Igreja realizar tamanho domínio sobre o sexo e, de modo geral, sobre o corpo de cada um. Tais manifestações apontam para lugares de repressão que incidem diretamente sobre o corpo que, para além de fazerem parte do fetiche e da vulgarização da rede de filmes pornô, encontram suas condições de possibilidade no período ditatorial sob o qual nosso país penava. Dessa forma, os ataques às instituições religiosas e militares que infligem seu poder sobre os corpos está em consonância com as possibilidades discursivas, sócio-históricas, nas quais os sujeitos cidadãos encontravam eco nos sujeitos fictícios sexualizados em “Escola penal de meninas violentadas”.

Nesse contexto, por exemplo, surgem figuras como a do monstro, considerando os postulados de Foucault (2001), que corresponde à atuação daqueles cujos procedimentos transbordam os limites sociais. A materialidade fílmica apresenta o confinamento de moças que se reuniram em um lugar de punição por terem cometido desvios e transgressões às leis sociais. Nesse sentido, o flagelo recai sobre os corpos como alternativa disciplinar e marca-os para o exercício da norma, abrindo via, em contrapartida, para ingerências no corpo, na alma e nas relações entre os sujeitos que ocupam aquele lugar, instituindo uma desequilibrada relação de poder que conflui no aparecimento de anormalidades e desregulamentos sociais.

Assim, para procedimentos de análise, tomaremos como método o recorte e sequenciação de planos, visando compreender a disposição dos corpos que marca o sujeito dentro de um discurso. Levaremos em consideração a simetria, nos planos, daqueles que representam o discurso da igreja e o da polícia, suscitando sentidos de legitimidade e de autoridade ao governo dos corpos e, a partir disso, considerar como a emergência de monstruosidades pode ser deflagrada.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Para o desenvolvimento deste trabalho nesses termos, consideramos o filme em sua “sintaxe organizacional” (MILANEZ, 2011, p. 51) que orienta a constituição de sentidos e nos permite pensar em uma regra de formação do objeto. Há, portanto, uma interdependência discursiva entre os sujeitos que carregam em si as marcas de um discurso institucionalizado, nesse caso, o discurso da igreja e o da polícia. De igual modo, existe uma repetição e uma regularidade na apresentação das posições dos corpos, nos planos, que sugerem uma ordem discursiva nas ações dos sujeitos e, com isso, uma legitimidade (CHAVES FILHO e MILANEZ, 2012). Esse recurso fílmico, o de repetir planos e o de enquadrar os sujeitos em uma visibilidade notável, é a forma que nos guiará para compreendermos a materialidade dos discursos que emergem das estratégias cinematográficas.

De acordo com Foucault (1987), vivemos em uma sociedade de controle e os mecanismos de poder tem por finalidade inserir os corpos em padrões de utilidade e conformidade segundo uma lógica de funcionamento adequada na sociedade. Desde a Idade Medieval, a tortura, no bojo do Santo Ofício, instrumentalizou a punição como forma de cativar o respeito e de instituir um controle aos corpos decadentes ou, em todo caso, àqueles que simplesmente desviavam da *vontade de verdade* da época, *grosso modo*, referimo-nos, aqui, às condutas e formas de adequação da vida dos sujeitos atrelados ao seu momento sócio-histórico. Esse tipo de atitude suscitou um duplo condicionamento dos corpos: submissão e docilidade. Dessa forma, a Igreja, como agência mantenedora de um controle da população, por meio da inquisição, por exemplo, abriu vias para que, por meio do flagelo da carne e do suplício dos corpos, se estabelecessem elos coercitivos cujo fim é disciplinar a população e reduzir os corpos à passividade. Nesse sentido, essa tática disciplinar produz sujeitos subordinados, instituindo uma homogeneidade social, cuja proposta é tornar o governo dos corpos mais acessível.

A materialidade fílmica de “Escola penal de meninas violentadas”, por meio de alguns encadeamentos de planos e por meio da distribuição dos corpos nos planos mobiliza, dentre outros, o discurso de um modelo de punição que é (foi) propugnado pela Igreja ao longo dos séculos e que, a partir desse padrão punitivo, a exibição e o castigo dos corpos estão associados à decadência e à irregularidade do sujeito. Esses desvios são observados a partir de aventuras sexuais nas quais os sujeitos estão comprometidos e, a partir daí, o exercício de anormalidades ganha entorno. Nesse sentido, o discurso de punição e do descontrole, sustentados por instituições como a Igreja e a Polícia, atribuídos a esses sujeitos desviantes, contribui para se pensar em uma memória associada aos modos de subjugação e de correção pelos quais os sujeitos devem passar ao se desviarem das normas de conduta preteridas pelas referidas instituições e pelo funcionamento adequado de uma sociedade.



Figura 1.

Mediante o encadeamento de planos acima, tomando como base, também, a narrativa fílmica do filme em questão, é possível observar alguns discursos subjacentes que regularizam o poder da igreja e o da polícia como aparelhos de estado legitimamente encarregados de domesticar a sociedade. No primeiro plano, partindo da posição dos corpos dos sujeitos no plano, podemos perceber como as figuras da mãe, representando o discurso da igreja, e do seu encarregado, representando o discurso da polícia, ocupam lugares de distinção que lhes



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

permitem avaliar o corpo social e suas práticas. A oposição entre corpos eretos e corpos prostrados e imobilizados coaduna uma série de prerrogativas que foram legitimadas ao longo dos séculos por essas instituições, a saber: escrutínio dos corpos, cuja finalidade é observar, avaliar e punir; inserir os corpos em sistemas de utilidade, por meio do açoite e, com isso, docilizar, isto é, fazer com que o corpo se submeta, para que possa ser utilizado, transformado e aperfeiçoado, como diria Foucault (2004). Observamos, também, alegorizado no primeiro plano da sequência acima mostrada, a oposição entre instituições corretivas e a sociedade, que regularizam uma relação de poder entre dominados e dominantes, entre o divino e o profano e, acima de tudo, coloca em circulação um discurso de dominação que se engendra por meio da violência.

Como estamos tratando de uma materialidade cujo enredo e encadeamento corresponde às punições atribuídas a mulheres que cometeram aquilo que foram considerados crimes, alguns questionamentos e algumas incursões sobre a condição da mulher se faz necessário. Em primeiro lugar, consideraremos o posicionamento foucaultiano em sua pergunta “Porque esse enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008, p. 30) para colocar os seguintes questionamentos: por que o filme é sobre mulheres que cometeram crimes e por que a materialidade se empenha em mostrar como elas sofreram por seus delitos? Por que delinquências de mulheres e não de homens? De que forma a materialidade fílmica de “Escola penal de meninas violentadas” permite pensar um tipo de condição para a mulher na sociedade de hoje? Seria demasiado simplório se nos apegássemos apenas a *foi a intenção do diretor*.

Sabemos que os discursos estão presentes na vida dos sujeitos e suas circulações se introjetam na vida, no cotidiano dos indivíduos e, com isso, há uma reprodução de discursos, deslocados, adaptados, atualizados, que podem fugir à vontade dos sujeitos. Os discursos circulam por meio do sujeito, como mediador, no entanto, o sujeito reproduz esses discursos por meio de sua linguagem,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

fazendo-os proliferar e circular em condições de enunciação diversas. Nesse sentido, a materialidade fílmica em questão mobiliza, de modo subjacente, um discurso sobre a mulher e como seu comportamento vem sendo avaliado e normatizado por uma sociedade falocêntrica, patriarcal, em que o espaço da mulher é bastante reduzido, sua posição é de desprestígio em relação à do homem e as relações de força entre homens e mulheres não obedecem a um parâmetro igualitário. Dessa forma, “Escola penal de meninas violentadas” expõe a mulher circunscrita ao pecado e avalia como é a dimensão de uma prática realizada pelo homem e pela mulher. Se levarmos em consideração o ideário medieval sobre a mulher, teremos do ponto de vista da Igreja e do tribunal da Inquisição, a mulher como o cerne do mal, uma vez que as mulheres carregavam, segundo a Igreja, a marca do mal em seus corpos, devido à sedução latente que elas possuíam. Índias, escravas, negras, prostitutas faziam parte de um estrato social marginal, oferecendo prazer e carregando o símbolo do pecado. Ninguém deveria se apegar a essas criaturas, pois elas estavam encerradas em uma utilidade restrita: oferecer prazer ao homem branco. Essas mulheres não possuíam maior liberdade em relação às demais moças de família, elas simplesmente faziam parte de uma parcela encarregada de nutrir o prazer dos homens, funcionando como objeto sexual do homem branco, que não podia se relacionar sexualmente antes do casamento, pois isso era considerado fornicção e, portanto, um crime diante da Igreja e dos bons costumes.

Paradoxo instalado, o homem branco não podia ter relações com sua noiva branca, mas podia (o homem) refugiar-se sexualmente com as demais mulheres mencionadas anteriormente. Já a mulher branca, de família, jamais poderia cogitar qualquer ato sexual antes do casamento, inclusive, para nossa surpresa (ou espanto), a mulher, já casada com o seu esposo, não poderia ter relações sexuais que não fossem com intenções de procriação, pois caso contrário, ela seria considerada adúltera com o seu próprio marido e condenada às sanções previstas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

pela Igreja. Nesse sentido, a sociedade, e nela a Igreja, como podemos perceber, toda organizada por e para homens, instituiu formas e mecanismos para domesticar a mulher e colocá-la em um padrão de funcionamento julgado adequado. Para Mary Del Priori (1995, p. 133),

O casamento, como mecanismo de ordenação social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamentos, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida. Cortavam-se-lhes todas as possibilidades de insurreição, e um discurso renitente sobre o caráter hipócrita da mulher procurava dar conta das insubordinadas, logo tachadas de devassas.

Nesse sentido, julgamos necessário essa incursão em tempos remotos para pensarmos a situação da mulher em “Escola penal de meninas violentadas” em consonância com os ditames da Igreja Católica e seu discurso reformador e de controle. Dessa forma, o que interessava era uma mulher completamente submissa, passível ao governo que a ela era imposto. O ideal de mulher preconizado era aquela “[...] de corpo obediente e recatado, e carnes tristes [...]” (DEL PRIORI, 1988, p. 15).

Outro aspecto importante a ser analisado no *corpus* escolhido é a regularidade que há no que diz respeito à justaposição dos corpos daqueles que representam o discurso da igreja e o discurso da polícia. A mãe e o seu serviçal, ao longo dos encadeamentos, estão sempre juntos, principalmente nos momentos de punição e repressão que eles direcionam às prisioneiras da casa.



Figura 2.

A presença de planos retratos na figura 2 reforça a ideia de simetria e, ao mesmo tempo, remete à ideia momentânea de que, embora instituições e discursos diferentes, eles se intercambiam e ocupam o mesmo lugar discursivo: o da punição e o do controle. O primeiro plano, no qual a mãe e o seu empregado observam o corpo punido por ter desviado da norma, apresenta um quadro que resgata o *modus operandi* de instituições de controle, a saber, a observação, a punição e, por último, a docilização dos corpos. O plano de conjunto, nesse sentido, colabora para reforçar a monstrosidade na cena, uma vez que os corpos ali compostos entram choque devido às representações dos sujeitos ali materializados: o homem descamisado, suado, portando tiras de couro nos pulsos, com porte físico forte, ressaltado suas monstrosidade e capacidade de violência em potencial; a mãe com sua vestimenta branca, com um grande crucifixo no pescoço, destilando um ar de pureza e justiça e, em contrapartida, o corpo flagelado da moça, deitada na cama, com os instintos acalmados pelo castigo, sangrando devido às chicotadas que recebera. Todo esse caldeirão de diferenças evidencia nos corpos os lugares sociais que cada um possui na sociedade e regulariza uma relação de poder, que se engendra por meio da domesticação e da ideia de que os corpos devem sempre estar a serviço das instituições, útil para a sociedade.

Os planos 2 e 3 da figura 2, planos retratos, devido às posições dos corpos dos sujeitos, sugerem a hipótese de que as instituições ali representadas são duas faces que fazem parte de uma mesma moeda: ao observarem-se, na mesma posição, os sujeitos alegorizam as características, nesse caso, da igreja, isto é,

santidade e castigo. Essas características são recuperadas a partir da forma como os sujeitos se apresentam: de um lado, o homem cujo suor escorre no corpo, com bigode, seriedade e sobrancelhas arqueadas que reforçam a ideia de uma imposição e de um castigo previsto em procedimentos militares; do outro, a mulher composta por uma indumentária branca, que cobre todo o corpo e deixa somente à mostra o rosto, com uma feição angelical, retomando por semelhança, em intericonicidade***** , a imagem de Maria, mãe de Jesus Cristo, e toda a pureza que emana desse ser.



Figura 3.

Do mesmo modo, outros planos de conjunto, na figura 3, contrabalanceiam o *status* de senhores e de submissos, reforçando a ideia do delito, da devassidão dos corpos e de uma possível penalidade amparada pela lei (divina ou social) na correção dos corpos. No primeiro, no segundo e no quinto plano há uma linearidade dos corpos daqueles que representam igreja e polícia. Em especial, no último plano, a justaposição dos corpos faz com que o corpo daquele que representa o discurso da polícia se perca entre os demais corpos, reforçando, mais uma vez, a ideia de que os discursos ali alegorizados estão diluídos em um mesmo lugar, que eles são contrapartes entre si. O olhar *off* das meninas no terceiro e no quarto plano remeteria a uma perda de si e um total descontrole à qual elas foram abandonadas. É, nesse sentido, que uma ingerência no corpo se faz presente e regimenta as relações de poder ali presentes, infundida nos corpos e nas almas.

*****Noção desenvolvida por Jean-Jacques Courtine, que corresponde à memória que as imagens possuem na sociedade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CONCLUSÕES

Conforme os encadeamentos de planos aqui apresentados, é possível perceber uma simetria entre o discurso da Igreja, caracterizado pela madre, e o discurso da polícia, simbolizado pelo homem encarregado de aplicar as penas sob as ordens da dirigente da escola de correção. Os corpos dos mesmos acompanham o mesmo trajeto e isso produz um efeito de sentido de equiparação e legitimidade, além de suscitar um efeito de justiça. A presença de ambos, em concomitância, reverbera a aliança que existe entre fé, punição e lei, ressaltando a ideia de que não há salvação sem flagelo e de que não é possível correção sem castigo. De igual modo, os planos nos mostra que há um discurso religioso que subjaz as práticas dos representantes das instituições mencionadas que corresponde àquela ideia de salvação da alma através do mutilamento do corpo, como se a recuperação da alma só se fosse possível em detrimento do corpo. Nesse sentido, essa punição e esse controle atribuídos aos corpos “decadentes” obedecem a manobras cuja finalidade é arrancar dos corpos todo um potencial utilitário e domesticá-los, deixando-os prontos para o trabalho. De acordo com Foucault (2004, p. 126) essas técnicas atenderiam a “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.

Adiante, o governo dos outros e o domínio dos corpos, tal como é apresentado aqui, a partir da instituição de uma norma que, mesmo legitimada de alguma forma pela sociedade, provoca o aparecimento de transgressões e, com isso, abrem fendas que indicam a emergência de monstruosidades. Na esteira de Foucault (2001), vemos que o surgimento da figura do monstro se dá, em primeira instância, a partir da atuação da igreja diante dos seus súditos pois, aqui, ela está



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

no lugar do rei, aquele que, segundo o filósofo, rompe com o acordo social fundamental, invadindo os corpos e violando-os.

O primeiro monstro jurídico que vemos surgir delinear-se ao novo regime da economia do poder de punir, o primeiro monstro que aparece, o primeiro monstro identificado e qualificado, não é o assassino, não é o estuprador, não é o que infringe as leis da natureza; é o que infringe o pacto social fundamental. O primeiro monstro é o rei (FOUCAULT, 2001, p. 118).

Assim, o castigo que instituições como a Igreja e a Polícia atribuem àqueles que desviam da norma faz suscitar o aparecimento de anormalidades. Na verdade há, aí, um duplo condicionamento: ao mesmo tempo em que a igreja repreende a partir dos seus métodos violentos e monstruosos, o sujeito se vê incitado a transgredir a norma, porque o interdito possui essa característica: à medida que reprime, que não se permite falar sobre temas tabus, há um levante no sujeito de uma vontade de transgredir, de provar do improvável... e não só isso, o próprio conteúdo que envolve os interditos e as técnicas usadas para silenciá-lo faz com que ocorra um efeito inverso: ao invés de condenar inteiramente ao sigilo, há uma instigação à conversação, à prática, ao uso.

REFERÊNCIAS

- CHAVES FILHO, Tyrone; MILANEZ, Nilton. **Discurso dos corpos: sexualidade e monstrosidade na materialidade fílmica de “Amadas e violentadas” (1976)**. In: GASPARG, Nádea Regina; ROMÃO, Lucilia Maria de Sousa. Anais dos trabalhos completos da V Jornada Nacional e I Internacional de Análise do Discurso na Ciência da Informação: “Discurso e Leitores de Imagens”. São Carlos: UFSCar, 2012 [E-BOOK].
- DEL PRIORI, Mary. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- _____. Mary. **Ao Sul do Corpo - Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. Poder-corpo. In: _____. **Microfísica do poder**. Tradução de Renato Machado. -12ª Ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 81-149.
- _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. Nietzsche a Genealogia e a História. p. 15-37. In. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 21ª Edição, 2005.
- _____. O verdadeiro sexo. In: **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MILANEZ, Nilton. **Discurso e imagem em movimento: o corpo horrorífico do vampiro no trailer**. São Carlos: Claraluz, 2011.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.